



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 15/08/17

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Edson
Leandro
para relatar.

Em 15/08/17

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 07 DE AGOSTO DE 2017, ENCAMINHADO
ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 43/GG, QUE:

ALTERA A LEI Nº 4.664, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1993, QUE "CRIA A
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI
"PROFESSOR AFONSO SENA
GONÇALVES".

RELATOR: Deputado **EDSON FERREIRA**

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que visa alterar dispositivos da Lei 4.664/93 (Lei que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí "Professor Afonso Sena Gonçalves" - FAPEPI).

Em suma, o propósito dessa proposição é alterar a lei do que criou a FAPEPI, atribuindo-lhe mais uma finalidade, qual seja: conceder bolsas de pesquisa, de estímulo à inovação e de transferência de tecnologia, em programas próprios ou em parcerias.

Foi visto, ainda, que a FAPEPI ficará autorizada a conceder bolsas para execução pedagógica e administrativa dos cursos e programas ofertados pela novel Universidade Aberta do Piauí.

Eis o relatório.

2 – VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer conforme determina os artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Como se pode vê, o caso ora em análise pretende apenas aprimorar certos dispositivos de Lei estadual, ajustando-os dentro do seu ordenamento jurídico.

Logo, verifico que a iniciativa dessa proposição ocorreu em conformidade com o art. 75 da Constituição Estadual, não havendo, portanto, vício de iniciativa.



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Não encontrei, nesse caso, inobservância aos princípios constitucionais previstos na CF/88.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação dessa proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Este é o meu parecer.

3 – PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- ☒ a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
Teresina, 1 de setembro de 2017.


Deputado **EDSON FERREIRA**
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE	
em	5 / 9 / 17
Pres.	da Comissão de
Justiça	